

LEI MARIA DA PENHA NA PERCEPÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL

Paz Helena Fernandes de Queiroz *
Regi Bezerra Alves**
Nathan Fernandes Lopes***
Luiz Wagner Menezes da Costa****

RESUMO

Este artigo investiga a percepção das mulheres brasileiras em relação à Lei Maria da Penha, enfocando as políticas públicas e estratégias destinadas ao combate da violência de gênero. Por meio de análise qualitativa, são examinadas as perspectivas das mulheres sobre a eficácia da legislação, assim como suas experiências pessoais com a aplicação da lei. São discutidos aspectos como a conscientização sobre direitos, o acesso à justiça e os desafios enfrentados na efetivação da proteção prevista pela legislação. A conclusão ressalta a importância de políticas públicas robustas e estratégias sensíveis às necessidades das mulheres para fortalecer a proteção contra a violência de gênero, garantindo uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-Chaves: Lei Maria da Penha; Percepção; Mulheres.

RESUMEN

Este artículo investiga la percepción de las mujeres brasileñas con respecto a la Ley Maria da Penha, centrándose en las políticas públicas y estrategias destinadas a combatir la violencia de género. A través de un análisis cualitativo, se examinan las perspectivas de las mujeres sobre la eficacia de la legislación, así como sus experiencias personales con la aplicación de la ley. Se discuten aspectos como la conciencia de los derechos, el acceso a la justicia y los desafíos enfrentados en la efectividad de la protección prevista por la legislación. La conclusión destaca la importancia de políticas públicas sólidas y estrategias sensibles a las necesidades de las mujeres para fortalecer la protección contra la violencia de género, asegurando una sociedad más justa y equitativa.

Palabras Clave: Ley María da Penha; Percepción; Mujer.

* Paz Helena Fernandes de Queiroz – Mestre em Ciências Jurídicas pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS

** Regi Bezerra Alves - Mestre em Ciências Jurídicas pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS

*** Nathan Fernandes Lopes - Mestre em Ciências Jurídicas pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS

**** Luiz Wagner Menezes da Costa - Mestre em Ciências Jurídicas pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS



1. INTRODUÇÃO

A Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, representou um marco na luta contra a violência doméstica no Brasil, estabelecendo medidas de proteção mais rigorosas e mecanismos de combate à violência de gênero. Desde então, tem sido objeto de estudo e debate, especialmente no que diz respeito à sua eficácia na proteção das mulheres vítimas de violência. Este artigo propõe-se a investigar a percepção das mulheres brasileiras em relação a essa legislação, buscando compreender suas experiências e opiniões sobre sua aplicação e impacto na sociedade.

Ao longo dos anos, a Lei Maria da Penha tem sido uma importante ferramenta na busca por justiça e proteção para as mulheres em situação de violência doméstica. No entanto, sua efetividade muitas vezes esbarra em desafios estruturais, como a falta de recursos e capacitação adequada das instituições responsáveis pela sua aplicação. Nesse sentido, é essencial analisar não apenas a letra da lei, mas também sua implementação na prática e os obstáculos enfrentados pelas mulheres que buscam amparo legal.

É importante ressaltar que a violência de gênero é um fenômeno complexo, enraizado em questões culturais, sociais e econômicas. Portanto, a Lei Maria da Penha deve ser vista como parte de um conjunto mais amplo de políticas e ações necessárias para enfrentar esse problema. Isso inclui a promoção da igualdade de gênero, o fortalecimento dos serviços de apoio às vítimas e a conscientização pública sobre os direitos das mulheres.

Além disso, é fundamental considerar as diferentes realidades enfrentadas pelas mulheres em diferentes contextos sociais e geográficos. Mulheres de áreas rurais ou periféricas, por exemplo, podem enfrentar obstáculos adicionais para acessar os serviços de proteção e denunciar casos de violência. Portanto, qualquer análise da Lei Maria da Penha deve levar em conta essas disparidades regionais e sociais, buscando formas de tornar a legislação mais inclusiva e eficaz para todas as mulheres.

Outro aspecto relevante a ser considerado é o papel da educação na prevenção e combate à violência de gênero. A Lei Maria da Penha prevê ações educativas como parte integrante das políticas de enfrentamento à violência, visando



à sensibilização da sociedade e à promoção de valores igualitários. No entanto, é necessário avaliar criticamente a eficácia dessas iniciativas e identificar formas de aprimorá-las para alcançar um impacto significativo na redução da violência contra as mulheres.

Diante desse contexto, este estudo se propõe a analisar a percepção das mulheres em relação à Lei Maria da Penha, considerando seus aspectos positivos e desafios, e contribuir para o aprimoramento das políticas e estratégias de combate à violência de gênero no Brasil.

Outro aspecto relevante a ser considerado é o papel da educação na prevenção e combate à violência de gênero. A Lei Maria da Penha prevê ações educativas como parte integrante das políticas de enfrentamento à violência, visando à sensibilização da sociedade e à promoção de valores igualitários. No entanto, é necessário avaliar criticamente a eficácia dessas iniciativas e identificar formas de aprimorá-las para alcançar um impacto significativo na redução da violência contra as mulheres.

Além disso, é fundamental promover a autonomia econômica das mulheres como forma de reduzir sua vulnerabilidade à violência. Políticas que incentivem a inserção no mercado de trabalho, o acesso à educação e capacitação profissional são essenciais para empoderar as mulheres e permitir que elas se libertem de relacionamentos abusivos. Dessa forma, é possível contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e livre de violência de gênero.

Em suma, o estudo da percepção das mulheres em relação à Lei Maria da Penha é fundamental para identificar lacunas na proteção e no atendimento às vítimas de violência doméstica. É necessário fortalecer as políticas públicas, garantir uma aplicação eficaz da legislação e promover uma cultura de respeito e igualdade de gênero. Somente com o engajamento de toda a sociedade será possível avançar na luta contra a violência contra as mulheres e construir um futuro mais justo e seguro para todas.

2. DESENVOLVIMENTO

A eficácia da Lei Maria da Penha na proteção das mulheres está intrinsecamente ligada à sua aplicação prática pelos órgãos competentes. No entanto, é comum observar lacunas na implementação da legislação, muitas vezes



devido à falta de capacitação adequada das instituições responsáveis pela sua execução. Investimentos em treinamento e sensibilização dos profissionais que lidam diretamente com casos de violência doméstica são fundamentais para garantir uma resposta eficaz e humanizada às vítimas.

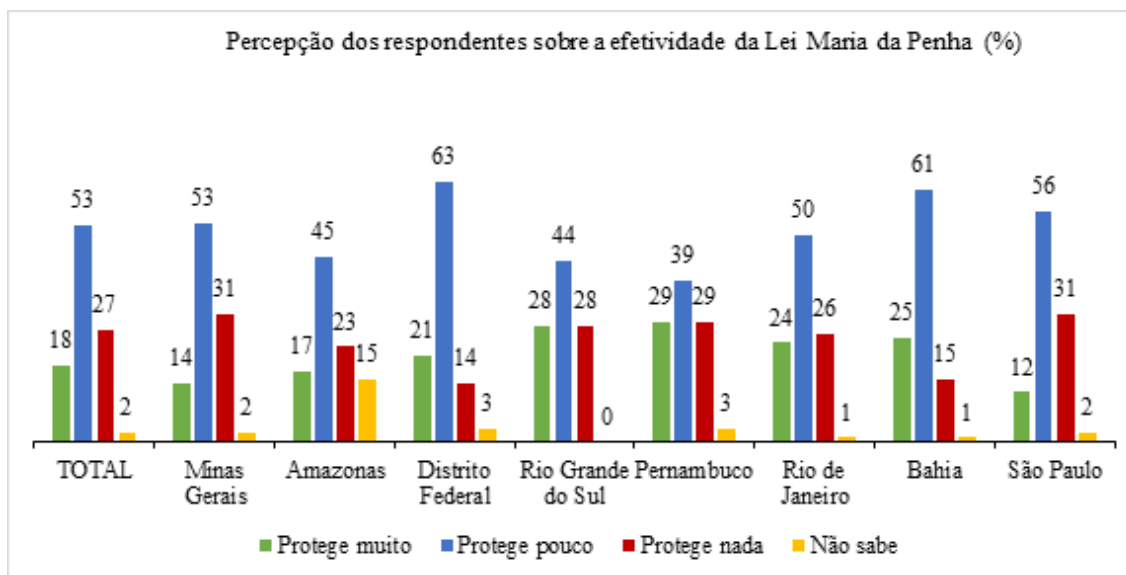
Além dos desafios relacionados à aplicação da lei, é necessário considerar a importância da rede de apoio às mulheres em situação de violência. Abrigos, centros de atendimento e serviços de assistência psicológica desempenham um papel crucial na proteção e recuperação das vítimas, oferecendo suporte emocional, jurídico e social. No entanto, é comum que esses recursos sejam insuficientes para atender à demanda, especialmente em regiões com recursos limitados.

A violência de gênero não se restringe apenas à esfera doméstica, manifestando-se também em outros contextos, como o ambiente de trabalho. Assédio sexual, discriminação de gênero e violência psicológica são formas de violência que afetam as mulheres em suas vidas profissionais, comprometendo sua segurança e dignidade. Nesse sentido, é fundamental que as políticas de enfrentamento à violência de gênero sejam integradas e abranjam todos os aspectos da vida das mulheres.

A desigualdade de gênero é um dos principais fatores que contribuem para a perpetuação da violência contra as mulheres. No Brasil, ainda persistem estereótipos e preconceitos que colocam as mulheres em uma posição de vulnerabilidade em relação aos homens. Portanto, qualquer estratégia de combate à violência de gênero deve incluir medidas de promoção da igualdade e desconstrução de padrões de comportamento machistas que sustentam a violência.

Por fim, é importante destacar a necessidade de envolvimento da sociedade civil na luta contra a violência de gênero. Movimentos feministas, organizações não governamentais e grupos de defesa dos direitos das mulheres desempenham um papel fundamental na conscientização pública, na pressão por políticas mais eficazes e no apoio às vítimas. O engajamento de todos os setores da sociedade é essencial para criar uma cultura de respeito e igualdade, onde a violência contra as mulheres não tenha espaço.

De acordo com o Índice de Confiança na Justiça (ICJBrasil), produzido pela Escola de Direito de São Paulo (FGV Direito SP), a percepção da eficácia da Lei



Fonte: ICJBrasil

Maria da Penha varia significativamente entre os entrevistados. Dos 1.650 participantes de oito unidades federativas, 80% consideram a lei pouco ou nada eficaz na proteção das mulheres contra a violência. Apenas 18% acreditam que a lei oferece uma proteção considerável.

Essa disparidade na percepção é ainda mais evidente quando se analisam os dados por estado. O Distrito Federal e a Bahia destacam-se como as unidades com maior percentual de pessoas que veem a lei como pouco protetora (63% e 61%, respectivamente), enquanto em Pernambuco esse percentual é significativamente menor, atingindo 39%.

Além disso, a pesquisa revela que, apesar da ampla divulgação da Lei Maria da Penha, ainda há lacunas no conhecimento da população sobre seus detalhes e alcance. Embora 86% dos entrevistados afirmem conhecer a lei, 61% reconhecem ter apenas um conhecimento superficial, indicando uma necessidade de maior educação sobre o assunto. Essa falta de informação é particularmente pronunciada em São Paulo, onde 71% dos entrevistados reconhecem conhecer pouco sobre a legislação.



3. CONCLUSÃO

O estudo do Índice de Confiança na Justiça (ICJBrasil), produzido pela Escola de Direito de São Paulo (FGV Direito SP), fornece insights valiosos sobre a percepção da população brasileira em relação à eficácia da Lei Maria da Penha no combate à violência contra as mulheres. Os resultados revelam uma preocupante falta de confiança na capacidade da legislação em proteger as vítimas, com a maioria dos entrevistados considerando-a pouco ou nada eficaz. Essa constatação sublinha a necessidade urgente de uma revisão abrangente das políticas e práticas relacionadas à aplicação da lei.

É preocupante observar que, apesar da ampla divulgação da Lei Maria da Penha, ainda há um conhecimento limitado entre a população sobre seus detalhes e alcance. A maioria dos entrevistados reconhece ter apenas um conhecimento superficial sobre a legislação, o que sugere a necessidade de uma maior educação e conscientização sobre os direitos das mulheres e os mecanismos de proteção disponíveis.

Além disso, a variação significativa na percepção da eficácia da lei entre os estados destaca a importância de abordagens regionalizadas e adaptadas às realidades locais. Enquanto em alguns estados a confiança na Lei Maria da Penha é maior, em outros ela é consideravelmente menor, ressaltando a necessidade de políticas e programas específicos para abordar os desafios regionais em relação à violência de gênero.

O engajamento da sociedade civil também é essencial para promover mudanças significativas no combate à violência contra as mulheres. Movimentos feministas, organizações não governamentais e grupos de defesa dos direitos das mulheres desempenham um papel crucial na conscientização pública, na pressão por políticas mais eficazes e no apoio às vítimas. Essa colaboração entre diferentes setores da sociedade é fundamental para criar uma cultura de respeito e igualdade, onde a violência de gênero não seja tolerada.

Além disso, é essencial investir na capacitação e sensibilização dos profissionais que lidam diretamente com casos de violência doméstica, garantindo uma resposta eficaz e humanizada às vítimas. Abrigos, centros de atendimento e serviços de assistência psicológica também devem ser fortalecidos e expandidos para atender à demanda crescente por apoio e proteção.

Em suma, os resultados dessa pesquisa reforçam a necessidade de uma abordagem multifacetada e abrangente no enfrentamento da violência contra as mulheres. A Lei Maria da Penha representa um avanço significativo na legislação brasileira, mas sua eficácia só será plenamente realizada com o apoio de políticas públicas robustas, educação e conscientização da população e uma rede de apoio bem estruturada para as vítimas. A luta pela igualdade de gênero e pelo fim da violência contra as mulheres é um desafio coletivo que requer o comprometimento de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FGV. (2022). **Pesquisa revela que brasileiros acham a Lei Maria da Penha pouco eficaz.** Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pesquisa-revela-brasileiros-acham-lei-maria-penha-pouco-eficaz>

Nascimento, E. L., & Souza, M. L. (2020). **Violência de gênero e a efetividade da Lei Maria da Penha: um estudo sobre a percepção das mulheres.** Revista Brasileira de Estudos de Gênero e Saúde, 6(1), 87-105.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2015). **Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha.** Brasília: IPEA.